



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

Primeira Câmara de Direito Público
Embargos de Declaração nº 0259877-6/01 – Recife
Embargante: Willton Jammesson da Silva e OUTROS
Advogado: Ana Patrícia Vieira de Almeida PE018346
Embargado: Estado de Pernambuco
Procurador: Edgar Moury Fernandes Neto
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONCURSO PÚBLICO. EXAMINADOR ATUANDO SIMULTANEAMENTE COMO EXAMINADO. NÃO DEMONSTRAÇÃO DO ENVOLVIMENTO. MATÉRIA JÁ ANALISADA E REFUTADA QUANDO DA APRECIÇÃO DO RECURSO DE APELAÇÃO. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. REDISCUSSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. VIA ELEITA INADEQUADA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS À UNANIMIDADE DE VOTOS.

1. Os embargos declaratórios não se prestam à rediscussão da causa, mas sim à mera integração do julgado, com base nas hipóteses previstas no art. 535, CPC.

2. Na decisão embargada – Decisão Terminativa monocrática – o fundamento para o seu não seguimento, foi o fato que eventual participação de examinadores como examinados não teve o condão de influenciar no exame dos embargantes, não havendo o que se falar em qualquer violação os princípios que regem o concurso público.

3. Da análise dos argumentos aduzidos, é de se ver a tese jurídica de violação dos princípios da impessoalidade, moralidade, dentre outros ocorridos no concurso para ingresso da Polícia Militar de 2006 vem sendo utilizada pelos candidatos que se sentiram prejudicados, sem em nada demonstrar que tal ato repercutiu nas suas esferas de direito, limitando-se apenas a afirmar o comprometimento do certame.

4. Baseado em meu convencimento pessoal, em casos como o presente, mantenho firme o posicionamento de que, eventual ilegalidade capaz de macular os princípios regentes da Administração Pública aconteceria se a reprovação dos candidatos acontecesse na modalidade em que os examinadores/candidatos estivessem EFETIVAMENTE participando. Se a reprovação foi em outra modalidade, nesse caso poder-se-ia falar em imoralidade, mas não em ilegalidade capaz de permitir um pronunciamento judicial favorável, porque, se assim o fosse, estar-se-ia oportunizando aos candidatos reprovados a realização de 2ª chamada de teste físico.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

5. Nesse sentido, não se deve confundir omissões com inconformismo. Uma vez irresignada com o julgado, devia a parte interessada manejar o recurso adequado ao seu desafio, e não se valer dos presentes aclaratórios, cuja natureza, por essência, é integrativa.

6. Embargos Declaratórios conhecidos, porém rejeitados à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Embargos de Declaração nº 0259877-6/01** da Comarca de Recife, em que figuram, como Embargante, **Willton Jammesson da Silva e OUTROS**, e, como Embargado, **Estado de Pernambuco**, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **negar provimento** aos Embargos de Declaração nº 259877-6/01 opostos pelos embargantes, conforme relatório e votos em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife, 03 de maio de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



37 d

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

Primeira Câmara de Direito Público
Embargos de Declaração nº 0259877-6/01 – Recife
Embargante: Willton Jammesson da Silva e OUTROS
Advogado: Ana Patrícia Vieira de Almeida PE018346
Embargado: Estado de Pernambuco
Procurador: Edgar Moury Fernandes Neto
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

RELATÓRIO

Cuida-se de **Embargos de Declaração** opostos por **Willton Jammesson da Silva e OUTROS**.

Os autos principais não podem ser consultados por esta Relatoria porque foram extraviados conforme certidão de fls. 12/13.

Nestes aclaratórios, alegam os embargantes que a decisão padece de omissão quanto à participação de examinados que atuaram concomitantemente como examinadores, em flagrante ofensa ao princípio da isonomia e da impessoalidade.

Pugna que sejam sanadas as omissões e contradições e obscuridades do julgado apontadas.

Contrarrazões às fls. 21/22, defendendo que não tem nenhuma omissão e/ou contradição a ser sanada.

É o Relatório.

VOTO

Consoante restou consignado por ocasião do relatório, os embargantes preconizaram o cabimento dos aclaratórios com fundamento na existência de omissões do *decisum* increpado.

Contudo, penso que, dado o estreitamento da via recursal eleita pelos embargantes, seu intento recursal está fadado ao insucesso.

Isso porque, não se deve confundir omissões com inconformismo. Se as considerações tomadas naquele julgado restaram



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

desfavoráveis às pretensões dos embargantes, devem eles se valer das vias recursais adequadas ao seu intento reformulador, e não opor estes aclaratórios, cuja natureza é, por essência, integrativa.

Na decisão embargada – Decisão Terminativa monocrática – o fundamento para o seu não seguimento, foi o fato que eventual participação de examinadores como examinados não teve o condão de influenciar no exame dos embargantes, não havendo o que se falar em qualquer violação os princípios que regem o concurso público. Acrescentou-se que a prova feita pelos embargantes se deu em 2008, e a suposta quebra da imparcialidade se deu nos testes físicos realizados em 2006.

Da análise dos argumentos aduzidos, é de se ver a tese jurídica de violação dos princípios da Impessoalidade, moralidade, dentre outros ocorridos no concurso para ingresso da Polícia Militar de 2006 vem sendo utilizada pelos candidatos que se sentiram prejudicados, sem em nada demonstrar que tal ato repercutiu nas suas esferas de direito, limitando-se apenas a afirmar o comprometimento do certame.

Baseado em meu convencimento pessoal, em casos como o presente, mantenho firme o posicionamento de que, eventual ilegalidade capaz de macular os princípios regentes da Administração Pública aconteceria se a reprovação dos candidatos acontecesse na modalidade em que os examinadores/candidatos estivessem EFETIVAMENTE participando. Se a reprovação foi em outra modalidade, nesse caso poder-se-ia falar em imoralidade, mas não em ilegalidade capaz de permitir um pronunciamento judicial favorável, porque, se assim o fosse, estar-se-ia oportunizando aos candidatos reprovados a realização de 2ª chamada de teste físico.

Da leitura dos Embargos de Declaração é de concluir que seus argumentos são genéricos, no intuito de fazer crer que este órgão julgador foi omissor, contraditório ou obscuro, apenas porque não lhe concedeu o direito pleiteado.

O magistrado não está obrigado a debater todos os argumentos suscitados pelas partes. É necessário, isto sim, que as suas razões de convencimento estejam devidamente fundamentadas, à luz do que preceitua o artigo 93, IX da Constituição Federal.

Vê-se, portanto, que tais vícios nada mais são do que, a bem da verdade, fruto de sua irresignação com o desfecho alcançado naquele seu agravo legal, cujo *decisum*, do seu próprio teor, não deixa margem para questionamentos relativos à necessidade de sua integralização, razão pelo que



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

deveria a parte interessada - já que esse era seu real intento - ter se valido do recurso adequado à rediscussão do julgado.

Desta feita, e uma vez que a real pretensão dos embargantes ao se valerem dos presentes aclaratórios não se coaduna com o estreitamento da via recursal eleita, imperioso se faz rejectar os presentes embargos de declaração.

Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535, CPC. ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. SÚMULA N. 98/STJ. IRPJ E CSLL. PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - PDD. RESOLUÇÃO 1.748/90, CMN/BACEN. ART. 9º DA LEI N. 8.541/92 E ART. 43 DA LEI N. 8.981/95. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE ESTRITA.

1. Não viola o art. 535, do CPC, o acórdão que decide de forma suficientemente fundamentada, não estando obrigada a Corte de Origem a emitir juízo de valor expresso a respeito de todas as teses e dispositivos legais invocados pelas partes.

2. Na dedução da base de cálculo do Imposto de renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL deve ser observado o limite imposto pelo art. 9º, da Lei n. 8.541/92 e pelo art. 43, da Lei n. 8.981/95, relativo à Provisão para Devedores Duvidosos - PDD (provisão para créditos de liquidação duvidosa). Precedentes: REsp. n. 413.919 - PR, Primeira Turma, Rel. Min. José Delgado, julgado em 17.09.2002; REsp. n. 234.536 - CE, Segunda Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, julgado em 12.05.2005; e REsp. n. 707.044 - MG, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 17.11.2005.

3. "Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório". (Súmula n. 98/STJ).

4. Recurso especial parcialmente provido apenas para afastar a multa aplicada.

(STJ - REsp 1268609 / MG, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA, Data de Julgamento: 08/11/2011- sem grifos no original)

Note-se, ainda sim, que, mesmo quando visem especificamente ao prequestionamento, não podem os embargos de declaração ultrapassar os contornos do artigo 535 do CPC.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

Ante o exposto, e sem mais delongas, **REJEITO** os embargos declaratórios ofertados por Willton Jammesson da Silva e OUTROS OUTROS face a inexistência de quaisquer dos vícios elencados no art. 535, do CPC, capazes de ensejar a integralização daquele *decisum*.

É como voto.

Recife, 03 de Junho 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator